



## CÂMARA MUNICIPAL DE PIUMHI

Rua: Visconde de Ouro Preto, 435 – Centro- Tele fax: (37)3371-1551.  
CNPJ: 04.889.589/0001-81 E-mail: camara.piumhi@terra.com.br  
Site: www.piumhi.mg.leg.br CEP 37925-000 PIUMHI-MG

15  
Olyvia

### PARECER JURÍDICO Nº CM-101/2019

Referência: Projeto de Lei nº. 64/2019

Autoria: Prefeito Municipal

Ementa: ***“Dispõe sobre a desafetação de área urbana de uso comum e dá outras providências”***

#### 1. RELATÓRIO

O Chefe do Poder Executivo apresentou Projeto de Lei que: ***“Dispõe sobre a desafetação de área urbana de uso comum e dá outras providências”***

Da justificativa, extrai-se que o projeto visa autorizar o Executivo a proceder a desafetação de área urbana de uso comum e dá outras providências.

Segundo a justificativa o projeto em tela a desafetação da referida área de uso comum tem como objetivo a construção de galpão coberto para instalação de feira livre.

É, em síntese, o relatório.

#### 2. ANÁLISE JURÍDICA

Conforme o Regimento Interno da Câmara Municipal de Piumhi (artigo 60) a matéria sujeita à apreciação das Comissões Permanentes será **analisada previamente pelas Assessorias Jurídica** e/ou contábil por decisão do Presidente da Câmara ou por solicitação dos Presidentes das Comissões Permanentes.

Portanto, passamos ao análise.

##### 2.1. Quanto à forma de apresentação

Leciona o artigo 131 do Regimento Interno que:

***“Art.131.Os projetos conterão simplesmente a expressão da vontade legislativa e serão precedidos de títulos enunciativo, ementa de seus objetivos, redigidos de forma clara e precisa, com artigos concisos e***

11  
Ribeira



## CÂMARA MUNICIPAL DE PIUMHI

Rua: Visconde de Ouro Preto, 435 – Centro- Tele fax: (37)3371-1551.

CNPJ: 04.889.589/0001-81 E-mail: camara.piumhi@terra.com.br

Site: www.piumhi.mg.leg.br CEP 37925-000 PIUMHI-MG

*compatíveis, não podendo conter matérias em antagonismo ou sem relação entre si, numerados e, ao final, assinados na forma regimental.*

*Parágrafo Único. A numeração dos artigos far-se-á pelo processo ordinal, de um a nove, e pelo processo cardinal, de dez em diante."*

O Projeto em questão atende a essa exigência regimental.

### **2.2. Da Competência, Iniciativa e Espécie Normativa**

A Constituição Federal atribuiu aos Municípios a condição de ente da federação, atribuindo-lhes competências constitucionais, a destacar a de legislar sobre assuntos de interesse local, conforme o inciso I do art. 30, *in verbis*:

***"Art. 30. Compete aos Municípios:***

***I - legislar sobre assuntos de interesse local;"***

Por sua vez, o artigo 7º, em seu inciso IX dispõe sobre a competência privativa da administração para utilização e alienação dos bens públicos.

***"Art. 7º. Ao Município compete prover tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, regulamentadas nesta Lei Orgânica e em Lei Municipal, as atribuições previstas no artigo 30, da Constituição Federal e artigo 170, da Constituição Estadual, tais como: Art. 56. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:***

***(...)***

***IX - dispor sobre a administração, utilização e alienação dos bens públicos;"***

***Art. 55. Ao Prefeito compete dirigir, fiscalizar e defender os interesses do Município bem como adotar, de acordo com a lei, todas as medidas administrativas de utilidade pública, sem exceder as verbas orçamentárias.***

***Art. 56. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:***

***XXII - administrar os bens do Município;***

***Art. 76. Cabe ao Prefeito, a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto àqueles utilizados em seus serviços.***

Desta forma, verifica-se adequação ao texto legal, a competência, iniciativa e espécie normativa do projeto de lei em análise.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PIUMHI

Rua: Visconde de Ouro Preto, 435 – Centro- Tele fax: (37)3371-1551.  
CNPJ: 04.889.589/0001-81 E-mail: camara.piumhi@terra.com.br  
Site: www.piumhi.mg.leg.br CEP 37925-000 PIUMHI-MG

16  
[Signature]

### **2.3. Da tramitação e votação**

Preliminarmente, a propositura deverá ser submetida ao crivo das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação (art. 41, I do R.I.), Comissão de Finanças e Orçamento (art. 42, I do R.I.) e Comissão de Serviços e Políticas Públicas Municipais, Urbanismo e Cidadania (art.43, I do RI).

Após a emissão dos pareceres na forma regimental e a posterior inclusão na ordem do dia, a propositura será apreciado em dois turnos de discussão e votação (art.144, § 1º, II do RI).

O quórum para aprovação será por maioria simples (maioria dos vereadores presentes na sessão), em conformidade com o § 1º, do art. 156 e inciso I do art. 157, ambos do Regimento Interno.

### **2.4. Do mérito**

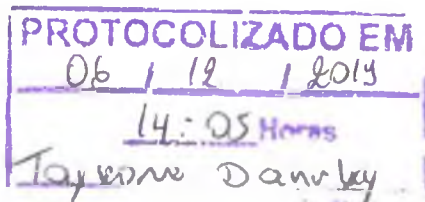
No mérito, tem-se que a desafetação pretendida no projeto de lei em análise relaciona-se com área de uso comum do povo para a construção de obra consistente em um galpão coberto para instalação de feira livre, cuja conveniência e oportunidade de sua efetivação deve ser verificada pelos n. edis da Casa Legislativa, razão pela qual, deixa esta assessoria jurídica de se manifestar.

### **3. CONCLUSÃO**

Nesse sentido, esta Assessoria Jurídica, do ponto de vista legal e constitucional emite Parecer favorável à sua aprovação, pelas razões acima expostas.

Piumhi, 06 de dezembro de 2019.

[Signature]  
Cely Cristina Costa e Silva Alves  
Assessora Jurídica  
OAB/MG 67.957



[Signature]  
Alessandro Félix  
Assessor Jurídico  
OAB/MG 120.876